



Ministério dos Transportes

SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS
ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS
HUMANOS

PORTARIAS DE 30 DE JANEIRO DE 2006

O COORDENADOR-GERAL DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das suas atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria/SAAD n.º 04, item V, de 25 de maio de 2004, publicada no Diário Oficial de 26 de maio de 2004, resolve:

Nº 280 - Retificar o grau de parentesco na Portaria/CGRH n.º 0237, de 25 de janeiro de 2005, publicada Diário Oficial da União de 02 de fevereiro de 2005, onde se lê, "...viúva de GREGORIO CARLOS DA SILVA",... leia-se, "...companheira de GREGORIO CARLOS DA SILVA",... e onde se lê, "...de acordo com o artigo 5º, item I, alínea a, da Lei n.º 3.373/58, combinada com o artigo 248 da Lei n.º 8.112/90",...leia-se de acordo com o artigo 5º, item I, alínea a, da Lei n.º 3.373/58, combinada com o artigo 248 da Lei n.º 8.112/90 e com a Lei n.º 6.782/80 (Processo n.º 50.000.002.119/94-01) BA;

Nº 281 - Retificar a data da vigência na Portaria/CGRH n.º 3.000, de 08 de setembro de 2005, publicada Diário Oficial da União de 13 de setembro de 2005, onde se lê, "...a partir de 14 de setembro de 1999, data do requerimento, até 20 de fevereiro de 2005, data do falecimento da viúva Eunice Alves da Silva",... Leia-se,"...a partir de 14 de setembro de 1999, data do requerimento. (Processo n.º 20.000.001.673/86-19) RJ;

Nº 282 - Retificar o valor da cota da pensão na Portaria/CGRH n.º 1.719, de 06 de julho de 2004, publicada Diário Oficial da União de 12 de julho de 2004, onde se lê, "...50% (cinquenta por cento) do cargo de Técnico de Nível Superior (NI) Classe B, Padrão VI,"... Leia-se,"...25% (vinte e cinco por cento) do cargo de Técnico de Nível Superior (NI) Classe B, Padrão VI. (Processo n.º 50.000.021.739/2004-65) DF.

JORGE DA SILVA NETTO

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 27, DE 27 DE JANEIRO DE 2006

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Revogar a Permissão de Uso do imóvel residencial funcional situado na SQS 316, bloco "F", apartamento 101, a partir de 01 de dezembro de 2005, outorgada ao DR. ANTÔNIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA, por meio da Portaria PGR n.º 603, de 13 de dezembro de 1991, publicada no DOU-Seção 2, de 16 de dezembro de 1991, em decorrência da desocupação do referido imóvel, destinado à residência oficial do Chefe do Ministério Público Federal.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 104, DE 27 DE JANEIRO DE 2006

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, EM EXERCÍCIO, no uso da competência delegada pela Portaria PGR n.º 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o disposto no art.34, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o constante do Procedimento Administrativo n.º 1.00.000.000686/2006-87, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir de 16 de janeiro de 2006, CARLOS BAYARD RODRIGUES PORTO, do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 1, do Quadro de Pessoal do Ministério Público Federal em virtude de posse em outro cargo público inacumulável.

EDIMILSON AVELINO DA SILVA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL DIRETORIA-GERAL

PORTARIAS DE 27 DE JANEIRO DE 2006

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Nº 21 - Dispensar a servidora MARIA ELISA LEITE DO CANTO, matrícula 6001901-8, Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, para exercer Função Comissionada, código FC-2, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas-SP.

O Diretor-Geral do Ministério Público do Trabalho, substituto, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 279, de 06 de setembro de 1991, resolve:

Nº 22 - Designar o servidor ANSELMO JORGE PALAZI, matrícula 6002162-4, Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, para exercer Função Comissionada, código FC-2, na Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região/Campinas-SP, em vaga criada pela Lei 8.671/93.

AUGUSTO ROCHA EWALD

PROCURADORIAS REGIONAIS 6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5, DE 30 DE JANEIRO DE 2006

O Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos da Lei 10.520/02 e do Decreto n.º 3.555/00, resolve:

I. Designar o Servidor EZEQUIEL JOSÉ DOS SANTOS, para exercer a função de Pregoeiro na licitação destinada à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de vigilância armada com um posto de 24 horas para o Ofício de Petrolina-PE. Pregão n.º 01/2006.

II. Designar o servidor JULES RAMON MOURA TAVARES como substituto eventual do pregoeiro em seus impedimentos.

III. Designar os Servidores abaixo, para integrarem a Equipe de Apoio:

- LÍDIA FERNANDES GUIMARÃES LEITE
 - PAULO TARCÍSIO DA MOTA SILVEIRA MARQUES
 - MAXIMIANO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE NETO
- IV. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL ORLANDO DE MELO GOULART

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ATO Nº 13, DE 30 DE JANEIRO DE 2006

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a atribuição que lhe confere o art. 21, XXV, do Regimento Interno e considerando o disposto no art. 35, I, da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

EXONERAR, na data de publicação deste Ato, SUZANA HELENA DO AMARAL PARANHOS, requisitada, matrícula S024605, do cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, que exerce no Gabinete do Ministro Sálvio de Figueiredo.

Ministro EDSON VIDIGAL

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 30 DE JANEIRO DE 2006

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a competência que lhe subdelega o art. 1º, I, da Portaria/DG n.º 260, de 13 de agosto de 2004, e considerando o disposto nos arts. 9º, I, e 10 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 5º da Lei n.º 9.421, de 24 de dezembro de 1996, assim como o que consta do Processo STJ 8186/2003, resolve:

Nº 30 - NOMEAR, em caráter efetivo, no cargo de Técnico Judiciário, Área de Apoio Especializado - Informática, classe "A", padrão 1, o candidato FRANCISCO ALBERTO FONSECA NETO, habilitado em concurso público realizado pelo Superior Tribunal de Justiça, em vaga decorrente da posse de Vinícius Maia Pacheco em outro cargo público inacumulável.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a competência que lhe subdelega o art. 1º, II, da Portaria/DG n.º 260, de 13 de agosto de 2004, resolve:

Nº 31 - Designar ANA CAROLINA FABIANO, matrícula S048415, para substituir o Chefe da Seção de Classificação de Originários e Outros, código FC-6, na Subsecretaria de Autuação, Classificação e Encaminhamento, da Secretaria Judiciária, em seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares e na vacância da função comissionada.

A SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando a competência que lhe subdelega o art. 1º, II, da Portaria/DG n.º 260, de 13 de agosto de 2004, e considerando os artigos abaixo mencionados da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Nº 32 - I - DISPENSAR, nos termos do art. 35, I, SAMUEL LUNA DA COSTA, matrícula S042220, da função comissionada de Assistente II, código FC-2, que exerce no Gabinete da Vice-Presidência;

II - DESIGNÁ-LO, nos termos do art. 15, para exercer a função comissionada de Assistente II, código FC-2, no Gabinete do Ministro Sálvio de Figueiredo, em vaga decorrente da dispensa de Eliane de Miranda Rodrigues Bacelar;

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA RAIMUNDA MENDES DA VEIGA

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATOS DE DE 27 DE JANEIRO DE 2006

O MINISTRO FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, do Regimento Interno, resolve:

Nº 17.959 - NOMEAR, nos termos do artigo 9º, inciso I, da Lei n.º 8.112/90, e dos artigos 5º e 6º da Lei n.º 9.421/96, e tendo em vista a habilitação em concurso público realizado por este Tribunal, BRUNO BATISTA DA COSTA, para exercer o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, área Administrativa, classe "A", padrão 1, nível intermediário, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, com designação para ter exercício junto à 2ª Auditoria da 1ª CJM, em vaga decorrente da aposentadoria de João Batista da Silva.

O MINISTRO FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício n.º 019/SA, de 19 JAN 06, resolve:

Nº 17.960 - Art. 1º. Designar a Analista Judiciária, área Judiciária, classe "C", padrão 15, nível superior, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, RAQUEL MENDONÇA GOUVÊA, matr. 7277, para, em conformidade com o disposto no Ato Normativo n.º 182/05, substituir, automaticamente, a titular do cargo em comissão de Diretor de Secretaria, código STM-CJ-3, junto à Auditoria da 4ª CJM, em seus afastamentos, impedimentos ou vacâncias, a partir de 16 JAN 06. Em consequência, fica revogado o Ato n.º 15.260/01, publicado no Diário Oficial da União, seção 2, nº 27-E, de 07 FEV 01.

Art. 2º. Exonerar, a pedido, a Analista Judiciária, área Judiciária, especialidade Execução de Mandados, classe "C", padrão 15, nível superior, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, VÉRA LÚCIA CURCI FERREIRA MARQUES, matr. 632, do cargo em comissão de DIRETOR DE SECRETARIA, código STM-CJ-3, que exerce junto à Auditoria da 4ª CJM, a partir de 16 JAN 06.

O MINISTRO FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo n.º 8.284/DIPES-SEINA, de 11 JUL 05, resolve:

Nº 17.961 - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, com proventos integrais, ao Técnico Judiciário, área Judiciária, classe "C", padrão 15, nível intermediário, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, PEDRO ANTONIO PORTO DE SOUSA, matr. 482, lotado na Auditoria da 10ª CJM, nos termos do artigo 8º, incisos I a III, da Emenda Constitucional n.º 20/98, c/c o artigo 3º da Emenda Constitucional n.º 41/03; artigos 13 e 16 da Lei n.º 9.421/96, e 8º, da Lei n.º 10.475/02, com a redação dada pela Lei n.º 10.944/04.

Ministro FLAVIO FLORES DA CUNHA
BIERRENBACH